

DOSSIÊ

PROFISSÕES E ESPAÇOS DA POLÍTICA:
AS POTENCIALIDADES DE UMA AGENDA DE PESQUISAPROFESSIONS AND SPACES IN POLITICS:
THE POTENTIAL FOR A RESEARCH AGENDA

Eliana Tavares dos Reis*
Fernanda Rios Petrarca**

Os usos da escolarização e dos saberes profissionais nos espaços da política ou a intervenção do poder político nas afirmações profissionais, vêm recentemente se constituindo como objetos de estudos no âmbito das ciências sociais. Um breve balanço da produção nas últimas décadas sinaliza à renovação nas pesquisas tanto sobre os universos profissionais quanto sobre os domínios políticos, de modo a incluir o exame da relação entre recursos e formas

de atuação profissionais e o exercício e ocupação de posições de políticas¹. O que traz à tona o peso de certas formações e “competências” na seleção de grupos dirigentes e nos desdobramentos de carreiras políticas no sentido amplo (nas burocracias do Estado, nas arenas eletivas, em engajamentos militantes, etc.), da mesma maneira que desvela a importância dessas inscrições no delineamento de diferentes carreiras profissionais.

* É doutora em ciência política, professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UFMA, São Luís/MA), é bolsista produtividade FAPEMA e coordena o Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA). eliana1reis@terra.com.br

** É doutora em sociologia, professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Sociologia e do Programa de Pós Graduação em Comunicação (UFS, Aracajú/SE/BR), é bolsista produtividade do CNPq e coordenadora o Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). f.petrarca@uol.com.br

1. Dentre os trabalhos podemos citar: Offerlé (1999); Dulong (1996); Dogan (1999); Fillieule (2005); Demazière & Gadéa; Champy (2011); Lochard & Simonet-Cusset (2003); Loureiro (1997); Bonelli (1999); Coradini (2006, 1996); Reis (2015); Petrarca (2013); Grill (2013).

O presente dossiê tem por objetivo, então, enfatizar a importância deste campo de investigações por meio da reunião de um conjunto diversificado de artigos que contempla a complexidade de uma agenda de pesquisa com temáticas diversas e em constante atualização.

Sem pretendermos ser exaustivas na discussão das contribuições teóricas e metodológicas que envolvem o exame da relação entre profissão e política, parece-nos pertinente mencionar aqui pelo menos algumas das problemáticas que atualmente têm sido privilegiadas, que demonstram a riqueza das dimensões analíticas na abordagem das interseções em pauta e sem perder de vista as valiosas contribuições aglutinadas nesta publicação.

De início, destaca-se a atenção dada ao papel e ao peso das profissões nos processos de construção do Estado e à importância que assumiu, historicamente, a esfera política na constituição de projetos profissionais. Por um lado, um conjunto de pesquisas – particularmente de cunho funcionalista – sustentou que o “poder profissional” está diretamente associado a uma menor influência e intervenção do Estado (e do campo político de modo geral) no controle e na organização das profissões. Nessa perspectiva, o Estado teria meramente a função de conceder o monopólio legal às profissões, reconhecendo a superioridade técnica das atividades profissionais (PARSONS, 1962). Por outro lado, alguns estudiosos – seguindo na direção de uma sociologia interacionista² – relacionaram a preservação do controle profissional e das formas de organização visando manter sua

autonomia aos processos de interação social (HUGHES, 1981). A crítica ao modelo internalista de análise das profissões, cedeu lugar ainda às novas teorias que se desenvolveram no curso dos anos 1970/1980 (DUBAR; TRIPIER, 1998) e que associaram o processo de profissionalização a um conjunto de estratégias coletivas para estabelecer o monopólio sobre um mercado específico de serviços com a ajuda do Estado. Seja como ordenador jurídico, seja como interlocutor privilegiado de “grupos de interesses”, a instituição estatal confere ou sanciona aos porta-vozes e instâncias de grupos profissionais (mais ou menos controladas pelo poder público) a autoridade legal para selecionar, recrutar, examinar, licenciar, reavaliar desempenhos e fixar os limites formais da sua jurisdição.

Assim, a afirmação de certas profissões não está separada do processo político de construção do Estado moderno, que concentra o poder de conceder menor ou maior independência às categorias profissionais na definição dos critérios de acesso aos postos. Portanto, as pesquisas demonstraram que, em certos contextos sociais, políticos e econômicos, a história das profissões tem sido marcada pela progressiva autonomia garantida pelo Estado a determinados grupos para realizar a função de reprodução e controle do mercado (BARBOSA, 1993; FREIDSON, 1998, 2001). Ao passo que a distância da política governamental apresentar-se-ia como aspecto fundamental na afirmação de uma expertise e na demarcação de fronteiras no mundo do trabalho (consideradas essas as características principais de “profissionalização”).

2. Este termo é utilizado tal como definido por Dubar & Tripier (1998) e designa a perspectiva operacionalizada pelos sociólogos da Escola de Chicago, especialmente Everett Hughes e aqueles que foram os seus alunos, mais tarde seus colegas, como Howard Becker, Anselm Strauss, dentre outros.

Outra possibilidade, ainda num plano mais amplo, é conceber as estratégias profissionais como parte de movimentos de recomposição de elites submetidas a processos históricos abrangentes de reconfiguração, tal como demonstrado por Victor Karady no artigo que abre este dossiê. A análise das “conversões socioprofissionais das elites” na Hungria, mediante reconstrução finamente realizada pelo autor, demonstra como, em momentos de transformação política, agentes pertencentes a determinados segmentos sociais, alocados no cume do espaço do poder, acumulam e acionam recursos ou trunfos no sentido de garantir posições privilegiadas ou, ao menos, de evitar sua completa desclassificação. Isso sem perder de vista a “os valores investidos em seus modos de vida, seu *habitus de classe* e suas *aspirações coletivas*”.

Karady situa-se na linha de investigações conduzidas por Pierre Bourdieu, cujo esquema analítico foi aplicado na operacionalização de pesquisas com problemáticas voltadas aos usos de qualificações e inscrições profissionais no exercício de atividades políticas. Os estudos acentuam as relações entre formações profissionais e os investimentos em modalidades variadas de intervenção política (partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, burocracias, etc).

Alguns desdobramentos temáticos podem ser sublinhados. Por um lado, têm-se as análises das estratégias de reconversão de certas formações escolares ou profissionais em postos e posições políticas, possíveis devido a processos históricos e sociais de legitimação de “qualificações” como mais ajustadas aos recursos necessários

à participação no jogo político. Por outro lado, vale frisar o exame das próprias condições de profissionalização da política em diferentes contextos, presente desde as formulações weberianas até as reflexões nos marcos da sociologia política francesa. Neste caso, os pesquisadores alertam, pois, para os limites das aplicações diretas e restritivas da “sociologia das profissões” (quando propõem parâmetros preestabelecidos de circunscrição) para a compreensão desse microcosmo social e suas particularidades, inclusive da própria denegação da ideia de profissão e seus correlatos: carreira, corporativismo, interesses, gratificações, etc. A ênfase, então, recai sobre a análise dos múltiplos e interligados processos de diferenciação, que possibilitam pensar na invenção/prescrição de papéis e nas condições de institucionalização da política como profissão, com a demarcação de um campo “protegido” dos leigos³.

O tratamento dessa problemática em determinadas configurações históricas e sociais exige, no entanto, trabalhar com uma concepção mais ampla de atividade política e, sobretudo, problematizar as intersecções entre diferentes domínios e lógicas de atuação profissional. O segundo texto que compõe este dossiê explora um contexto significativamente contrastante em relação àqueles que marcaram os países centrais e a lógica de separação de esferas que os singularizam. O instigante estudo de Yves Dezalay e Bryant Garth é exemplar na demonstração da forte imbricação entre o espaço do direito e o da política na Índia. A partir da constituição do campo jurídico, desvendam o jogo duplo, tão arriscado quanto proveitoso, das

3. Para um panorama do debate na sociologia política francesa e brasileira, ver, entre outros, Hubé (2009); Offerlé (1999); Sawicki (1999); Dogan (1999); Willemez (2003); Gaxie (1993); Phelippeau (2001); Lagroye (1997); Dulong (1996); Grill (2013); Coradini (2001); Rodrigues (2007).

elites jurídicas indianas com vistas à ascensão às posições dominantes. Os autores assinalam a incerteza das fronteiras entre política e direito como uma das condições que potencializa aos *lawyers* os deslocamentos entre postos, as tomadas de posição acerca de “questões de Estado” e a mobilização de “laços com o judiciário” nas suas estratégias de afirmação.

Em vista disso, fica claro que a melhor opção é não restringir o olhar aos domínios governamentais e parlamentares (com a ocupação de postos políticos no sentido estrito), mas atentar para esses amálgamas, considerando as atividades políticas desempenhadas em domínios profissionais que, não raro, em um primeiro momento, canalizam disposições à intervenção política e criam, em sequência, as condições de reconversão para os domínios propriamente políticos. É nessa trilha que o artigo de Igor Gastal Grill e Eliana Tavares dos Reis explora a morfologia de um segmento da elite política brasileira constituída por parlamentares que contaram, de forma muito contundente, com trunfos acumulados no desempenho de carreiras no ensino superior para sua consagração tanto como políticos quanto como intelectuais. A reconstituição de trajetórias exemplares, em distintas fases do processo de institucionalização das universidades, permitiu aos autores grifar a conexão entre a ocupação de cargos administrativos nesses domínios – especialmente a chegada à posição de reitor –, a possibilidade de se constituir como porta-vozes autorizados de certas questões e o sucesso político dos agentes.

Do mesmo modo, a atuação em espaços de mobilização coletiva pautada pelo uso dos títulos profissionais se apresenta, simultaneamente, como uma forma de diversificar as possibilidades de investimentos

profissionais e como uma chance singular de percorrer o espaço político. Tais aspectos conduzem a considerar problemáticas de investigação atentas à atuação de agentes que ocupam posições e desempenham atividades no interior de entidades na qualidade de “expertos” (técnicos qualificados) ou que mobilizam com frequência seu conhecimento especializado e sua profissão na defesa de “causas”. Salienta-se a importância atribuída às trajetórias sociais com o intuito de apreender as formas de socialização profissional, política e militante, assim como às concepções de profissão e de política. Cabe esclarecer que não se trata apenas de considerar a formação escolar como um simples fator presente entre os atributos profissionais. O elemento mais importante é o modo como os agentes relacionam a formação especializada e a profissão com a militância em diferentes esferas sociais, em movimentos sociais ou qualquer organização de defesa de causas coletivas, bem como as possíveis conversões em jogo.

Convergindo com essas preocupações, Fernanda Rios Petrarca examina o processo de construção da AIDS como um problema público. A autora enfatiza o peso das redes dos ativistas e o encontro entre engajamento político e atuação profissional como um dos principais ingredientes da luta contra a AIDS no Brasil. A partir da questão “como são recrutados os ativistas?”, ela demonstra a interseção entre saberes políticos, baseados no investimento em espaços de contestação, e saberes profissionais, constituídos a partir dos espaços de atuação profissional.

As transformações das modalidades e repertórios de intervenção têm intensificado o tratamento dos processos de aquisição de um “saber militante” pela intensa participação em esferas associativas e espaços de mobilização coletiva *vis-à-vis* aos

conhecimentos dos agentes “titulados” das organizações, “especialistas” chamados a defender e justificar bandeiras de luta, em oposição a modalidades consideradas (e muitas vezes desqualificadas) como “mais tradicionais”. A questão é que os perfis desses agentes comportam imbricações e complementaridades entre recursos, de modo que, por um lado, os investimentos escolares e profissionais respondem muitas vezes às exigências da militância e à autoimagem do militante e, por outro, lado, o *savoir-faire* obtido por meio da atuação em modalidades variadas de engajamentos pode ser percebido como componente indispensável da “competência profissional”.

Releva-se ainda a problemática formulada em torno das retribuições do engajamento militante que explora como a dedicação a causas e organizações (conforme a posição e grau de institucionalização das mesmas) se traduz em ganhos e lucros materiais e simbólicos que podem, inclusive, contribuir na inserção no mercado de empregos⁴. A verificação da formação profissional dos militantes, adquirida antes, durante ou depois da participação sistemática em uma instituição formalizada para a representação de interesses coletivos, possibilita observar como as mesmas se constituem em critérios de hierarquização endógenos e em trunfos internos ou passíveis de serem reconvertidos para fora.

Outro desdobramento possível é o de pensar de que forma a relação entre espaço profissional e outros espaços sociais oportuniza a formação (ou certificação) de “capacidades” que podem ser mobilizadas em favor de determinadas “opções” ou “destinos” profissionais.

Nesta direção, Odaci Luiz Coradini averiguou, por meio da análise de correspondência múltipla, os condicionantes que intervêm na configuração de um “mercado escolar, de trabalho e usos da titulação universitária”. Mediante uma série de testes estatísticos com indicadores pertinentes, o autor expõe como determinadas características prévias ao ingresso no mercado escolar e às condições que envolvem as escolhas profissionais refletem a vulnerabilidade do capital escolar. Logo, observa-se a baixa autonomia do mercado escolar e como a reprodução de posições e princípios dominantes no espaço social mais amplo tem efeitos na delimitação do espaço de profissionalização dos agentes.

Uma vez circunscrito dado mercado profissional específico, pode-se perguntar sobre as propriedades que incidem na sua hierarquização interna e na distribuição dos lugares ocupados pelos distintos profissionais envolvidos nestes domínios. Assim como Coradini, Antonio José Pedroso Neto lança mão da análise de correspondência múltipla para traçar o perfil de diferentes gerações de jornalistas de economia e as mudanças na constituição deste espaço no interior do jornalismo. Centrando-se nos atributos “de ordem geracional, escolar, origem social e, especialmente, ocupacional” dos profissionais, o autor dá pistas sobre as variações dos recursos que caucionam a chegada às posições dominantes.

Com tratamento predominantemente qualitativo, porém igualmente voltado às propriedades dos agentes, Wilson José Ferreira de Oliveira e Alex Menezes de Carvalho enfatizam as credenciais de entrada na carreira de chargista, assim como os proces-

4. Ver, por exemplo, Gaxie (2007, 2005), Juhem (2001) e Sawicki (2003).

sos de socialização profissional e os recursos fundamentais que dão acesso aos postos (disponíveis e em processo de invenção) e que se tornam condições de permanência no ofício. Nessa perspectiva, os autores destacam a importância de compreender os percursos profissionais para apreender as habilidades necessárias à ascensão neste universo fracamente institucionalizado.

Observa-se que os artigos reunidos nesta publicação seguem orientações de análise que problematizam os mecanismos históricos e sociais que encadeiam processos de naturalização de “escolhas”, definições e “destinos” profissionais e políticos de agentes desigualmente situados no mundo social. Condicionando o universo das possibilidades de investimentos, usos e rentabilizações, esses mecanismos colaboram na produção do impensado das formas de ação e de concepção, e funcionam mediante a aquisição – na socialização familiar e escolar – de sensibilidades ao reconhecimento e consagração de atributos socialmente construídos e valorizados. Como diz Bourdieu (2001, 1989), tais sensibilidades são construídas no encontro entre história individual e história coletiva, que estão na base das estruturas cognitivas e que, em acordo com as estruturas objetivas do mundo ao qual se aplicam, garantem a conformação da e à ordem estabelecida. Neste caminho, a reflexão oferecida por Afrânio Garcia Jr. – a partir do estudo de Anne-Marie Thiesse sobre o papel dos livros didáticos na inculcação de sentidos, valores, normas de conduta imprescindíveis à construção da identidade nacional francesa ou de um “inconsciente nacional” – é a preciosa contribuição que encerra este dossiê. O autor finaliza seu texto ressaltando o potencial heurístico do método empreendido por Thiesse e sua fecundidade para estimular outras pesquisas

“em escala europeia e também entre as novas nações oriundas da descolonização, ou daquelas consideradas ‘emergentes’ no início do século XXI”.

Referências

- BARBOSA, M. L. O. A Sociologia das Profissões: em torno da legitimidade de um objeto. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, Rio de Janeiro, n. 35, p.3-30, 1993.
- BONELLI, M. G. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, n. 39, p. 61-81, 1999.
- BOURDIEU, P. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CHAMPY, F. *Nouvelle Théorie Sociologique des Professions*. Paris:PUF, 2011.
- CORADINI, O. L. Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- CORADINI, O. L. Grandes famílias e ‘elite profissional’ na medicina no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, III (3), p. 425-466, 1996.
- CORADINI, O. L. Relações Profissionais e Disputas Eleitorais. In: BARREIRA, C & PALMEIRA, M. *Política no Brasil*. Visões de Antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 267-297, 2006.
- DEMAZIÈRE, D. & GADÉA, C. Introduction. In: DEMAZIÈRE, D. & GADÉA. *Sociologia des Groupes Professionnels*. Paris:La Découverte, 2009, p. 13-26.
- DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique: osmose, filières et vivieres. In: OF-

- FERLÉ, M. (dir.). *La Profession Politique: XIXe. Siècles*. Paris: Belin, p. 171-200, 1999.
- DUBAR, C.; TRIPIER, P. *Sociologie des Professions*. Paris, Armand Colin, 1998.
- DULONG, D. Quand l'économie devient politique. La conversion de la compétence économique en compétence politique sous la Ve République. *Politix*, n. 35, p. 109-135, 1996.
- FILLIEULE, O. (org.). *Le Desengagement Militant*. Paris: Edition Belin, 2005.
- FREIDSON, E. *Renascimento do Profissionalismo*. São Paulo, Edusp, 1998.
- _____. *La Teoria de Las Profesionales*. Estado Del Arte. *Perfiles Educativos*. Universidad Nacional Autónoma de México, vol. 23, n. 093, p. 28-43, 2001.
- GAXIE, D. *La démocratie représentative*. Paris: Montchrestien, 1993.
- GAXIE, D. Rétributions du Militantisme et paradoxes de l'action collective. *Political Science Review*, n. 11, p. 157-188, 2005.
- GAXIE, D.; OFFERLÉ, M. Les Militants Syndicaux et Associatifs au Pouvoir? *Capital Social Collectif et Carrière Politique*. In: BIRNBAUM, P. (dir.). *Les Élités Socialistes au Pouvoir – 1980-1985*. Paris: Press Universitaires de France, 1985, p.105-138.
- GRILL, I.G. Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios. In: SEIDL, E; GRILL, I.G. (Orgs.). *As Ciências Sociais e o Espaço da Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 103-140, 2013.
- HUBÉ, N. Le recrutement social des professionnels de la politique. In: COHEN, A.; LACROIX, B.; RIUTORT, P. *Nouveau manuel de science politique*. Paris: La Découverte, 2009.
- HUGHES, E. *Men and Their Work*. Westport: Greenwood Press Reprint, 1981.
- JUHEM, P. Entreprendre en politique: de l'extrême gauche au PS. La professionnalisation politique des fondateurs de SOS-Racisme. *Revue Française de Science Politique*, vol. 51, n° 1-2, février-avril, 2001.
- LAGROYE, J. L'espace politique. In: LAGROYE, J. *Sociologie Politique*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1997.
- LOCHARD Y; SIMONET-CUSSET M. *L'expert associative, le savant et le politique*. Editions Syllepse, 2003.
- LOUREIRO, M. R. *Os Economistas no Governo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- OFFERLÉ, M. Entrées en politique. *Politix*, n° 35, p. 3-5, 1996.
- OFFERLÉ, M. Professions et Profession Politique. In: OFFERLÉ, M. (dir.). *La Profession Politique: XIXe. Siècles*. Paris: Belin, 1999, p. 7-36.
- PARSONS, T. *Las Profesionales Liberales*. Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales, 1962.
- PETRARCA, F. R. Esfera política e processos de consolidação dos saberes profissionais. In: SEIDL, E; GRILL, I.G. (Orgs.). *As Ciências Sociais e o Espaço da Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 103-140.
- PHÉLIPPEAU, E. Sociogênese da profissão política. In: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. *Norbert Elias, a política e a história*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- REIS, E. T. dos. *Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política: um estudo sobre os militantes que lutaram contra a ditadura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre/São Luís: ZOUK/EDUFMA, 2015.
- RODRIGUES, L. M. *Partidos, Ideologia e Composição Social*. São Paulo: Edusp, 2007.
- SAWICKI, F. Classer les hommes politiques. Les usages des indicateurs de position sociale pour la compréhension de la professionnalisation politique. In: OFFERLÉ, M. *La profession politique: XIX-XX siècles*. Paris: Éditions Belin, 1999.

SAWICKI, F. Les temps de l'engagement. À propos de l'institutionnalisation d'une association de défense de l'environnement. LAGROYE, J. (Org.). *La Politisation*. Paris: Belin, 2003, p. 123-146.

WILLEMEZ, L. Engagement professionnel et fidélités militantes. Les avocats travaillistes dans la défense judiciaire des salariés. *Politix*. Revue des sciences sociales du politique, Volume 16, n. 6, p. 145 – 164, 2003.